

Alguns pingos nos is sobre a nova política industrial

» ANTONIO CARLOS TEIXEIRA ÁLVARES

Diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP e professor da FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo



É inegável que o Brasil foi penalizado por equívocos nas políticas econômicas entre o final da década de 2000 e meados da década de 2010, gerando um custo fiscal considerável e um difícil aprendizado. Tais equívocos levaram o país a outro erro, o abandono das políticas industriais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) é um bom termômetro disso. Sua capacidade de ação foi estrangulada, sobretudo por conta da introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP), que, desde 2018, é a taxa de juros da maior parte de seus financiamentos.

A TLP é excessivamente elevada: por exemplo, em 2023, foi de 10,5% a.a. em média. Somada aos demais custos, a taxa ao tomador atingiu 15% a.a. na linha Finame BK, uma das mais importantes, acima das taxas de juros de financiamento do investimento nos outros países, e, em diversos casos, acima da rentabilidade do investimento produtivo. A TLP contribuiu diretamente para que os financiamentos do banco à indústria diminuíssem 43,8% em termos reais, nos seus dois primeiros anos de vigência.

Por outro lado, o Custo Brasil, que retira competitividade da indústria ao encarecer os seus produtos, foi avaliado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp em aproximadamente 25%, em média, vis-à-vis nossos principais parceiros comerciais. Esse fato é um dos principais determinantes da desindustrialização brasileira.

Enquanto a política industrial foi abandonada, outras políticas setoriais de fomento foram fortalecidas. Vide o Plano Safra, política perene, com planejamento anual estabelecido em lei e incontestada pelo mercado. Seu orçamento dos últimos 10 anos totaliza mais de R\$ 2,8 trilhões a preços atuais, a um custo ao tomador abaixo das taxas de juros do BNDES para a indústria de transformação.

As políticas industriais têm ganhado espaço no cenário internacional. Todas as economias relevantes vêm criando incentivos agressivos para acelerar o desenvolvimento produtivo e tecnológico do setor manufatureiro. O FMI aponta mais de 2,5 mil medidas de política industrial no mundo apenas em 2023, e mais de US\$ 7 trilhões de orçamento dessas políticas nos últimos cinco anos.

Na minha experiência empresarial, subscreito por meus pares, financiamentos do BNDES

têm, sim, sido importantes geradores de ganhos de produtividade e de aumento do nível tecnológico da indústria. Se a atuação do BNDES não dinamiza o investimento, como afirmam alguns, por que China, Alemanha, Japão, Coreia e França, entre outros, têm bancos de desenvolvimento? Até os Estados Unidos (EUA) estão criando um.

Esse pano de fundo é fundamental para se avaliar de forma pragmática as medidas da nova política industrial brasileira, que, conforme anunciado, contará com R\$ 300 bilhões no quadriênio de 2023 a 2026 nas áreas de financiamento, subvenção e equity, sob responsabilidade do BNDES, Finep e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). A média anual de recursos da política industrial será 79% menor do que os R\$ 364 bilhões do Plano Safra, edição de 2023/4.

Tais medidas de apoio à indústria não terão custo fiscal nem elevarão o endividamento do Tesouro. Dos R\$ 300 bilhões, 73% são crédito com juros de mercado (TLP). Os 26% de subvenções e de crédito com custos competitivos internacionalmente (para financiar a inovação tecnológica) usam recursos de fundos

constitucionais com destinação específica, sem impacto no orçamento.

A nova política industrial vai apoiar três áreas horizontais: exportações, produtividade e inovação, e seis “missões”, que são desafios prioritários à soberania e à segurança nacional — dentre elas, digitalização e descarbonização. Ou seja, são linhas de ação comuns a todas as atividades industriais e que estão em destaque nas políticas industriais de outros países.

Há, contudo, espaço para aprimoramento da política industrial, com as seguintes recomendações: perenizar as medidas, incluindo previsão em lei; elevar recursos para financiamento, de forma a atingir patamares proporcionais aos disponibilizados em outras iniciativas de política setorial; rever o critério de determinação da TLP ou substituí-la, definindo-se uma taxa competitiva para o financiamento do investimento; conferir previsibilidade e segurança jurídica aos instrumentos; monitorar e avaliar a aplicação das medidas, com transparência, e realizar as correções necessárias. Esperamos que essas recomendações, no todo ou pelo menos em parte, sejam aprovadas pelo Legislativo.

O medo e as medidas de combate à criminalidade

» CLEBER LOPES DE OLIVEIRA

Advogado criminalista, pós-graduado em direito público. Foi professor de direito penal e de processo penal

A segurança pública tem ocupado, há muito tempo, os primeiros lugares na agenda dos principais problemas identificados pelos brasileiros. Não importa o matiz ideológico dos governos, a situação e a percepção de insegurança persistem. No mês passado, pesquisa do Instituto Datafolha mostrou que 39% dos brasileiros se sentem muito inseguros ao andar nas ruas de sua cidade depois de escurecer. Somados aos que se sentem mais ou menos inseguros, que são 26%, a percepção de insegurança atinge quase dois terços da população.

A preocupação com a violência é maior nas regiões metropolitanas (52% se sentem muito inseguros), entre os idosos (48%) e entre as mulheres (45%). A comparação feita pelo próprio Datafolha com pesquisas realizadas nos dois anos anteriores indica uma oscilação para cima na sensação de insegurança, mas os patamares já apareciam elevados.

Além dos números, o noticiário e os relatos que chegam das maiores cidades brasileiras são extremamente preocupantes. O sentimento por trás dessa forte sensação de insegurança tem um efeito colateral nefasto no funcionamento da sociedade. O medo passou a ser um companheiro inseparável e transbordou para o cotidiano dos brasileiros. Reage-se de maneira assustada diante de alguém que pede uma informação na rua. Evita-se entrar em caixas eletrônicos, foge-se dos mendigos, cobra-se das autoridades mais repressão e exige-se dos parlamentares a aprovação de leis mais rigorosas e punitivas.

As decisões políticas e muitas das nossas atitudes têm sido orientadas por medo. O próprio ato de votar é carregado de medo. O voto não é motivado por programas de governo,

melhores propostas e pela esperança. É motivado por medo de que o candidato X ou Y vença. É difícil acreditar que uma sociedade movida pelo medo possa encontrar as melhores soluções para os seus problemas. Em vez de racionalidade e bom senso, a urgência do medo resulta em passionalidade e na construção de mais barreiras sociais.

Sensível a esse clamor social, o Congresso Nacional responde com a discussão e a aprovação de leis cada vez mais duras e repressivas. Isso é jogar para a torcida, fazendo de conta que o problema será resolvido. Esse caminho só vai gerar mais frustração e revolta. O país não precisa de mais leis nem de mais rigor na definição das penas. Há vários argumentos que comprovam isso.

De acordo com o estudo *Onde Mora a Impunidade*, elaborado pelo instituto Sou da Paz, apenas 35% dos homicídios praticados no Brasil são esclarecidos. Em sua sexta e mais recente edição, divulgada em dezembro de 2023, o estudo toma como base informações objetivas fornecidas pelos tribunais de Justiça e pelo Ministério Público dos estados. Essa taxa de elucidação é bastante inferior às registradas pela ONU em 2019: na Europa, 92% dos homicídios elucidados, nos Estados Unidos, 54%, e, no agregado de 72 países, 62% de taxa de esclarecimento.

Para além do baixo nível de solução dos casos criminais, temos um outro dado, naturalmente impreciso, mas preocupante, que corresponde ao número de crimes que ocorrem e que sequer são registrados, formando o que se costuma chamar de cifra oculta da criminalidade.

Enquanto apenas pouco mais de um terço dos homicídios é esclarecido, o país tem a

terceira maior população carcerária do mundo, sendo oportuno lembrar que, segundo informação do CNJ, há mais de 340 mil mandados de prisão em aberto — ou seja, o sistema prisional não comportaria a demanda se todos os mandados fossem cumpridos.

Portanto, não adianta aprovar leis mais duras e prender mais, porque os crimes mais graves e traumáticos não estão sendo esclarecidos. Fica evidente que leis mais rigorosas e penas mais pesadas não vão mudar a atual situação de insegurança.

O problema é de outra natureza. É preciso melhorar os mecanismos de investigação, e a instrução processual deve ser mais cuidadosa e atenta a aspectos formais. Falhas nos inquéritos acabam por prejudicar as decisões judiciais. Para melhorar o resultado dos processos e dar mais efetividade aos julgamentos, é evidente a necessidade de aumentar o número de policiais, de técnicos forenses e de promotores, além da permanente requalificação profissional.

Os programas de segurança que deram certo no mundo também tiveram sustentação no uso da tecnologia e no estudo dos casos. A polícia tem de estar presente nos focos de criminalidade, sem deixar de lado a imprescindível presença da assistência social.

Realmente, não existem soluções mágicas. Com aprimoramento das investigações, melhor estruturação dos processos e inteligência no uso do aparelho repressivo, o país poderá assistir, em médio prazo, à redução dos índices de criminalidade, e os cidadãos se sentirão mais seguros por caminhar pelas ruas das cidades. Caminhar sem medo, confiantes nas instituições e com esperança no futuro.

Tiradentes e Kotcha: dois heróis e uma história de liberdade

» ALEKSANDAR RISTIC

Embaixador da República da Sérvia na República Federativa do Brasil

A metade do século 18 trouxe ao mundo, nos seus dois lados extremos, na América do Sul e no Sudeste europeu, duas personalidades que nunca se encontraram e, com certeza, não sabiam uma da outra.

O primeiro nasceu em 1746, na fazenda Pombal, na então colônia do Brasil, próximo ao povoado de Santa Rita do Rio Abaixo, atual Ritópolis, local que ainda hoje conta com menos de 5 mil habitantes. O nome dele era Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de Tiradentes.

O segundo nasceu em 1755, em Yanhevats, atual povoado de Kotcha, na então escravizada Sérvia, num local que ainda hoje conta com menos de 1 mil habitantes. Seu nome era Korun Andjelkovitch (a raiz de seu sobrenome é a palavra anjo), apelidado de Kotcha.

Ambos, entre outras coisas, estavam atuando na área de comércio, com sorte variável. Os dois ingressaram em grupos militares ainda jovens — Tiradentes ingressou nas tropas mineiras e tornou-se comandante de uma unidade em 1781, enquanto Kotcha serviu na Unidade Militar Livre sérvia, fundada pelos austríacos para lutar contra o Império Otomano.

No mesmo ano, 1788, Tiradentes, junto com os seus companheiros, empresários proeminentes, padres e artistas, e fundou um grupo libertário que iniciaria uma espécie de revolta; enquanto Kotcha, junto com os seus companheiros da Unidade Militar, alguns líderes religiosos e cidadãos proeminentes, criou um movimento que se transformaria numa rebelião.

Ao mesmo tempo, a 10 mil quilômetros um do outro, no Brasil (1789) e na Sérvia (1788-1791), ocorreram dois fenômenos políticos — a Inconfidência Mineira e a Rebelião de Kotcha — que fundaram o caminho para a independência de dois futuros países livres: o Império do Brasil e o Principado da Sérvia.

Dois rebeldias reprimidas e, aparentemente, fracassadas. Duas repúblicas pequeninas e de curta duração. Ambas fundadas nas margens de impérios poderosos e que foram as sementes da liberdade das quais brotaram duas monarquias independentes.

Os seus líderes, os heróis da nossa história, mas sobretudo das nossas nações e dos nossos estados, tiveram um destino semelhante. Tiradentes foi enforcado aos 45 anos, em abril de 1792, após um processo improvisado em que seus juízes não sabiam ou não queriam saber que, diante deles, estava um combatente pela liberdade deles também.

O Kotcha tinha apenas 33 anos de idade quando, em novembro de 1788, seus inimigos o capturaram e o empalaram (essa é uma das formas mais cruéis de uma pessoa ser executada; sobre essa punição cruel e, em geral, sobre a vida do povo sérvio sob a ocupação otomana, que durou vários séculos, o vencedor do prêmio Nobel Ivo Andri, o maior escritor sérvio de todos os tempos, escreve com maestria em seu livro *Ponte sobre o Drina*).

O alferes Tiradentes e o capitão Kotcha, como ainda são conhecidos os dois heróis, eram súditos de Portugal e da Turquia, que deveriam ser gratos por tudo que as metrópoles distantes lhes providenciavam. Suas atividades políticas foram consideradas traição e perfídia. No entanto, a história ensinou-nos que Joaquim e Korun são, de fato, os precursores dos nossos Estados modernos, combatentes pela liberdade e lendas da libertação nacional.

Suas mortes não foram em vão e não foram esquecidas. Hoje, mais de dois séculos depois da Inconfidência Mineira e da Rebelião de Kotcha, lembramos seus sacrifícios e, nessa ocasião, às vésperas do Dia de Tiradentes de 2024, talvez pela primeira vez, jogamos luz sobre como sérvios e brasileiros, simultaneamente e de maneira semelhante, restauraram e criaram seus Estados, e olhamos para esses processos apenas geograficamente distantes do mesmo ângulo. As ideias que os guiaram eram, em essência, muito próximas e baseadas nas tradições revolucionárias da época.

Na Sérvia, diz-se que a noite é mais escura antes do amanhecer. Depois da Rebelião de Kotcha, a situação na Sérvia ficou muito difícil, e o subjugador foi impiedoso. No entanto, logo amanheceu. Graças a Tiradentes e Kotcha, nas décadas seguintes, tudo que o colonizador criou durante séculos como aparelho de coerção foi demolido e desapareceu.

A Revolução Sérvia começou em 1804, e os insurgentes, que, em grande número, eram companheiros de Kotcha, com a experiência adquirida nas batalhas, estabeleceram os fundamentos da atual Sérvia. A autonomia foi conquistada em 1830, e a primeira constituição foi adotada em 1835. Foi semelhante no Brasil. A guerra pela independência começou em 1821 e terminou em 1824, quando a constituição foi aprovada.

Dois séculos depois, somos gratos a esses dois heróis por vivermos em liberdade, apreciando-a e defendendo-a, e, mais ainda, porque não a ganhamos de presente.